

A legítima autonomia das coisas temporais

Este estudo explica o significado da autonomia das realidades terrenas a partir da Constituição Apostólica “Gaudium et spes”, com algumas sugestões para o desenvolvimento desta doutrina de acordo com o magistério de São Joao Paulo II e uma síntese dos ensinamentos de São Josemaria sobre a santificação no meio do mundo e a relação entre a unidade de vida e a autonomia das coisas temporais.

31/05/2022

A legítima autonomia das coisas temporais

1. O texto da “Gaudium et spes”
 2. A doutrina de João Paulo II
 3. Santificação do mundo e unidade de vida no Beato Josemaria
-

1. O texto da “Gaudium et spes”

Dentro do capítulo sobre a atividade humana no mundo, na Constituição Pastoral *Gaudium et spes* do Concílio Vaticano II, encontramos um item (n. 36) intitulado “A justa autonomia das realidades terrenas”. Esta formulação é interessante, porque nela palpita uma pergunta e uma inquietação: como deve ser a relação entre as coisas terrenas e a realidade sobrenatural? Existe talvez uma autonomia que não seja justa?

Este ponto do documento começa indicando o temor, muito difundido, da “união mais íntima da atividade

humana com a religião”, pois “veem nela um perigo para a autonomia dos homens, das sociedades e das ciências”. Trata-se de um problema real, que tem raízes históricas no suposto antagonismo entre razão e fé, ciência e religião, Igreja e sociedade civil, condição de cidadão e de cristão... Aqueles que participam deste temor veem, sem dúvida, a atividade humana totalmente isolada – fechada em si – e a religião – com a atividade sagrada correspondente – separada da anterior, como duas forças em luta mútua que procuram que nenhuma delas ganhe terreno. Ao introduzir este tema, o Concílio toca – sem dizê-lo – a chaga do laicismo, aberta e muito estendida na sociedade atual, como dirá em outro lugar no mesmo documento: “O divórcio entre a fé e a vida diária deve ser considerado como um dos mais graves erros de nossa época”^[1].

Ao propor o tema, o Concílio começa falando em termos afirmativos: a autonomia das coisas temporais é uma exigência justa, legítima, “se por autonomia das realidades temporais entendemos que as coisas criadas e as mesmas sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem”^[2].

Pelas palavras que se seguem, entende-se que a legitimidade desta autonomia não se baseia em fatores sociológicos, nem em uma exigência do mundo contemporâneo, mas tem um fundamento ontológico: fundamenta-se na própria realidade da criação, e o Concílio não duvida em afirmar que é “vontade do Criador”.

É, pois, evidente que para compreender retamente esta autonomia, é preciso recorrer à verdade da *criação*, com tudo o que ela implica. O texto conciliar remete

efetivamente ao dogma da criação, tal como foi declarado pelo Concílio Vaticano I^[3]. Argumenta a seguir em termos metafísicos: “pela própria condição da criação, todas as coisas são dotadas de fundamento próprio, verdade, bondade leis e ordem específicas. O homem deve respeitar tudo isto, reconhecendo os métodos próprios de cada ciência e arte”^[4]. O texto latino é ainda mais preciso e vale a pena refletir sobre cada um dos termos:

- *Firmitas*, que designa o ser, participado analogicamente, que é próprio de cada coisa e lhe dá consistência, mas que depende da ação criadora e conservadora de Deus; contingência, portanto, e ao mesmo tempo solidez. Pode-se ver aqui implicada também a unidade do ente constituído, radicado em seu ser.

- *Veritas*, que indica neste texto verdade “ontológica”, como expressão efetiva do projeto divino no qual Deus conhece e quer que exista.

- *Bonitas*, outro dos transcendentais que expressa a bondade de todo o criado, verdade revelada^[5] e declarada pelo Magistério^[6].

- A própria consistência ontológica de cada criatura tem uma dimensão dinâmica: a causalidade própria, dentro da ordem de todo o criado (“*propriis legibus ac ordine*”) que se fundamenta no ser e na natureza das criaturas.

O homem, em sua atividade sobre as outras coisas criadas, deve reconhecer e respeitar a ordem estabelecida por Deus, nos quatro aspectos indicados antes:

- Conforme o *ser* das coisas, na medida em que são dotadas de sua

própria *firmitas*, sabendo que não tem domínio sobre o ser, já que não o constituiu, assim como não é a causa do ser que ele mesmo tem.

- Conforme a *verdade* das coisas, respeitando a sua natureza, que não foi ele que deu, assim como não é autor da natureza humana. Isto é um desafio para a honradez intelectual no trabalho científico: investigar *segundo a verdade* com o método adequado ao “quê” as coisas são, fazer segundo a verdade – se nos referimos à atividade transformadora do homem no mundo – e atuar *segundo a verdade* na própria vida.

- Conforme a *bondade* das coisas, que tem sua raiz na criação, que o homem não deve perverter fazendo mau uso delas e de si mesmo.

- Conforme com a ordem de fins estabelecida por Deus que dirige todo o criado rumo ao fim último.

Estes dois últimos aspectos contêm um forte apelo à honestidade ética do homem no uso das coisas criadas e em sua própria conduta, quer dizer, conforme a ordem e a lei inscrita por Deus em todo o criado: “lei divina, eterna, objetiva e universal, pela qual Deus ordena, dirige e governa o mundo universal e os caminhos da comunidade humana segundo desígnio da sua sabedoria e do seu amor”, como diz o Concílio em outro documento^[7].

Se o homem proceder assim ao realizar sua atividade no mundo, não encontrará restrições por parte da fé, porque se move dentro de um campo de *deunidade*: não pode haver oposição entre a ação do homem sobre as coisas temporais (que o Concílio chama *res profanae*) e as realidade da fé (*res fidei*), porque ambas as ordens de realidades têm sua origem num mesmo e único Deus^[8].

O que acontece com uma pessoa que não tem fé? É frequente a objeção por parte dos partidários da solução de continuidade entre as realidades terrenas e a fé: parece-lhes que quem se declara não crente não deve respeitar os limites de origem “sagrada”. Uma vez esclarecido que não existe oposição entre as realidades terrenas e as da fé, o Concílio vai ao encontro desta objeção remetendo à ordem *natural*: “Mais ainda, aquele que tenta perscrutar com humildade e perseverança os segredos das coisas, ainda que disto não tome consciência, é como que conduzido pela mão de Deus, que sustenta todas as coisas, fazendo que elas sejam o que são”^[9].

A expressão “com humildade e perseverança” parece fazer referência à constituição das coisas: seu ser, verdade, bondade e ordem (em suma, a lei eterna que o homem

de consciência reta percebe com certeza como lei natural): humildade, com atitude de aceitação da realidade como ela vem “dada” e esforço constante – perseverança – até encontrar resposta diante dos “segredos” das coisas.

A atividade humana que tiver essas características conta com o auxílio de Deus e de certa forma “toca” o seu poder e sabedoria, mesmo sem que haja um conhecimento explícito do Criador por parte de quem realiza esta tarefa. E isto por imperiosas razões metafísicas, como afirma o texto: é guiado por Deus em seu trabalho, e, portanto, está se encaminhando para a verdade, porque Deus fundamenta a verdade das coisas e as ordena para o fim último. O texto latino expressa-o com maior clareza: *facit ut sint id quod sunt.*

O Concílio manifesta, com toda sinceridade, que algumas vezes se deram atitudes deploráveis entre os próprios cristãos por não entenderem bem e não respeitarem a autonomia reta no trabalho científico. Atitudes que, seguidas de polêmicas “levaram muitos a julgar que a fé e a ciência se opunham entre si”. A referência em nota de rodapé do texto conciliar é precisamente o caso Galileu Galilei^[10], que às vezes é invocada como precedente para rejeitar orientações éticas do Magistério em matéria científica que diz respeito à fé ou à moral. O Concílio, acima de polêmicas e discussões deixa claros os princípios e adverte a todos – também aos próprios cristãos – sobre os perigos de não os respeitar.

A expressão “autonomia do temporal” é compreendida, porém, às vezes, em outro sentido, e não tem o direito de ser levada em

consideração na atividade de pesquisa e transformação do homem: “se pelas palavras ‘autonomia das realidades temporais’ se entende que as coisas criadas não dependem de Deus e o homem as pode usar sem referência ao Criador, todo aquele que admite Deus percebe o quanto sejam falsas tais máximas. Na verdade, sem o Criador, a criatura esvai-se. Além disso, todos os crentes, de qualquer religião, sempre ouviram a voz de Deus na linguagem da Criação. E pelo esquecimento de Deus, a própria criatura torna-se obscura”^[11].

A ruptura – entre o mundo e Deus – de que aqui se fala, nasce evidentemente do interior do homem e pode obedecer a diferentes atitudes errôneas:

- A do ateísmo, que nega claramente a existência de Deus.

- A do agnosticismo, que não vê um acesso cognoscitivo para Deus e prescinde dele.

- A do ateísmo prático que, absorvido pelas coisas temporais não se interessa pelo “problema de Deus”.

- E uma atitude secularista, laicista, muito difundida, que, sem negar a Deus nem prescindir dele, coloca-O em um terreno fechado, de modo que tudo o que diz respeito a religião é considerado heterogêneo, e não deve entrar em absoluto na atividade temporal. Aqui não se trata sempre de uma independência total e absoluta de Deus como se não fosse o Criador do universo, e sim de uma independência prática, a nível da atividade humana.

Destas atitudes nasce a suposta oposição entre fé e ciência, religião e sociedade, lei de Deus e lei civil..., e o que é mais nefasto para o próprio homem em sua atividade no mundo:

perde a luz de que necessitaria para penetrar nos “segredos” da realidade – já que “pelo esquecimento de Deus, a própria criatura torna-se obscura” – não consegue compreender o universo porque não escuta “a voz de Deus na linguagem da criação”, interpreta mal e, em consequência, “usa mal” as coisas criadas. E é então que perde o domínio sobre as coisas que por sua natureza são inferiores a ele e também o senhorio sobre si mesmo, experimenta – embora possa não admiti-lo – e sente que a criação se volta contra ele.

O desenvolvimento histórico e cultural é querido por Deus, mas só será reto com uma condição: que o homem reconheça a Deus como Criador e Senhor e dirija toda a sua atividade à glória de Deus, finalidade do universo^[12].

Se no n.º. 36 o Concílio se expressa em termos amplos – falando de todos

os que creem em Deus e daqueles que o procuram mesmo sem sabê-lo – analisa depois – à luz da Revelação – a deformação da atividade humana cuja causa é o pecado. Assim, o progresso por um lado beneficia o homem e, por outro, constitui para ele uma grande tentação, pois “perturbada a hierarquia de valores e misturando-se o bem com o mal, os indivíduos e os grupos olham somente os próprios interesses e não os dos outros. Por isso, o mundo já não é um lugar de fraternidade verdadeira, quando o aumentado poder da humanidade ameaça destruir o próprio gênero humano”^[13]. O texto faz indiretamente referência à ruptura que o pecado implica: o homem, ao transgredir a ordem estabelecida por Deus, não só se separa dele mas perde sua própria unidade interna e produz além disso uma ruptura com relação às criaturas inferiores a ele, o que dificulta o domínio sobre elas.

Acrescenta-se a esta dificuldade “o poder das trevas”, resultado do pecado das criaturas puramente espirituais.

Tudo isso implica uma luta constante para o homem e afeta-o em sua atividade. Como caminho para superar esta situação, o Concílio indica a norma cristã pela qual “todas as atividades humanas, diariamente desviadas pela soberba e amor desordenado a si mesmo, devem ser purificadas pela cruz e ressurreição de Cristo e encaminhadas à perfeição. Redimido por Cristo e tornado criatura nova pelo Espírito Santo, o homem pode e deve amar as próprias coisas criadas por Deus. Pois ele as recebe de Deus e as olha e respeita como que saindo de Suas mãos”^[14].

Mais para a frente, a mesma Constituição Pastoral expõe qual é a missão da Igreja no mundo

contemporâneo e a de cada cristão que faz parte dela, para conseguir que a atividade humana se desenvolva de acordo com os desígnios de Deus. É uma chamada à coerência: “O Concílio exorta os cristãos, cidadãos da cidade temporal e da cidade eterna, a procurarem desempenhar fielmente suas tarefas terrenas, guiados pelo espírito do Evangelho”^[15]. E indica um duplo erro, que leva ao “divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana”: negligenciar os deveres temporais sob o pretexto de dirigir-se à vida eterna; ou, centrar-se no temporal como algo alheio aos valores religiosos, e reduzir a vida religiosa a atos de culto e ao cumprimento de determinadas obrigações morais.

Trata-se, pois, de evitar a cisão e de voltar a unir o que está separado, à luz do mistério do Verbo Encarnado: “A exemplo de Cristo, que exerceu a profissão de operário, alegrem-se

antes os cristãos, porque podem desempenhar todas as atividades terrestres, unindo os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos ou técnicos, em síntese vital com valores religiosos, sob cuja soberana direção todas as coisas são coordenadas para a glória de Deus”^[16]. A busca da *unidade* na vida pessoal vem a ser a chave para conseguir que a própria atividade e a dos outros dirija-se ao fim último. O texto latino, nas palavras citadas, acentua a unidade desta síntese vital: *in unam synthesim vitalem*.

Tal tarefa, embora não seja exclusiva dos leigos, compete propriamente a estes, “testemunhas de Cristo em tudo, no meio da comunidade humana”^[17], exercendo e respeitando a liberdade em questões opináveis, sem invocar a autoridade da Igreja para suas opções pessoais. Em sua atividade no mundo devem respeitar a reta autonomia do temporal:

“Quando agem como cidadãos do mundo, particular ou associativamente, observarão não só as leis próprias de cada disciplina, mas procurarão adquirir competência verdadeira naqueles campos”^[18]. De onde nasce esta retidão e esforço de coerência cristã? O Concílio responde: “Compete à sua consciência bem formada gravar a lei divina na vida da cidade terrena”^[19].

2. A doutrina de João Paulo II

O tema da autonomia das coisas temporais aparece repetidas vezes na doutrina de João Paulo II, tanto nas encíclicas como em sua pregação e catequese das audiências gerais. Numa ocasião comentou amplamente o ponto 36 da *Gaudium et spes*. Em sua catequese sobre a criação, por exemplo, dedica uma audiência inteira a este tema que considera intimamente vinculado à

verdade sobre a criação^[20].

Interessam aqui particularmente os aspectos que projetam uma nova luz sobre o texto conciliar, fruto sem dúvida da reflexão profunda de João Paulo II sobre o conteúdo dos diversos documentos.

Ele considera uma dupla dimensão da criação, no contexto da sua finalidade:

- Uma dimensão “transcendental” nas criaturas, que é como uma manifestação externa e absolutamente livre da glória interna de Deus, na qual consiste também o fim de toda a criação: “No mistério da glória todas as criaturas adquirem o seu significado transcendental: ‘superando-se’ a si mesmas para abrir-se a Aquele, em quem têm seu começo... e sua meta”^[21].

- E uma dimensão “imaneente”, que é o aperfeiçoamento das criaturas e

implica a ciência, a técnica, a cultura, a história...^[22].

Dentro desta dimensão imanente, inseparável da outra, situa-se o problema da autonomia das coisas terrenas.

João Paulo II concede especial importância ao fato de que o Concílio insira este tema na verdade da criação, que não é apenas uma verdade de fé, revelada no Antigo e no Novo Testamento, mas também uma verdade que une todos os que creem em Deus, quer dizer, todos os que – como diz a *Gaudium et spes* no n. 36 – “escutaram sempre a manifestação da voz de Deus na linguagem da criação”. Esta verdade embora plenamente manifestada na Revelação, é acessível por si à razão humana. Os termos em que o texto conciliar se expressa, comenta João Paulo II, indicam – pelo menos de modo indireto – “que o mundo das

criaturas tem necessidade da Razão última e da Causa primeira. Em virtude da sua própria natureza, os seres contingentes têm necessidade, para existir, de um apoio no Absoluto (no Ser necessário), que é Existência por si (*Esse subsistens*). O mundo contingente e fugaz ‘desaparece sem o Criador’”^[23].

Em sua catequese sobre a providência divina ele aborda este tema com outra perspectiva e destaca especialmente o papel do homem dentro da ordem criada. É preciso partir da base de que “tudo o que foi criado, pertence a Deus, Criador, e como consequência depende dele. Em certo sentido, cada um dos seres é mais ‘de Deus’ do que ‘de si mesmo’. É primeiro ‘de Deus’ e, depois, ‘de si’. E o é de modo radical e total que supera infinitamente todas as analogias da relação entre autoridade e súditos da terra”^[24].

João Paulo II tem muito em conta a pergunta pela autonomia da criação e o papel do homem, mas “segundo a fé católica é próprio da Sabedoria transcendente do Criador fazer que Deus esteja presente no mundo como Providência, e simultaneamente que o mundo possua essa ‘autonomia’, da qual o Concílio Vaticano II fala”^[25].

Comentando *Sb* 8,1 – sobre a ação de Deus que rege o *universo suaviter et fortiter*, exclui toda possível oposição entre autonomia do criado e providência divina: “A providência divina manifesta-se precisamente na dita ‘autonomia das coisas criadas’, na qual se revela tanto a força como a ‘doçura’ próprias de Deus. Confirma-se nela que a Providência do Criador como Sabedoria transcendente e para nós sempre misteriosa, abarca tudo (‘estende-se de um ao outro confim’), realiza-se em tudo com sua potência criadora e sua firmeza ordenadora (*fortiter*),

mesmo deixando intacta a função das criaturas como causas segundas, imanes, no dinamismo da formação e do desenvolvimento do mundo como se pode ver que está indicado nestes *suaviter* do livro da Sabedoria”^[26].

Dentro desta ordem, o homem tem uma posição e uma tarefa especiais, de acordo com a natureza que Deus lhe deu: “No que se refere à formação imanes do mundo, o homem possui, pois, desde o princípio e constitutivamente, por ter sido criado à imagem e semelhança de Deus, um lugar plenamente especial. De acordo com o livro do Gênesis, foi criado para ‘dominar’, para ‘submeter a terra’. Participando, como sujeito racional e livre, mas sempre como criatura, do domínio do Criador sobre o mundo, o homem converte-se, de certa forma, em ‘providência’ para si mesmo, segundo a bela expressão de São

Tomás (S.Th. I, q. 22, a. 2 ad 4). Pela mesma razão, porém, gravita sobre ele desde o princípio uma responsabilidade peculiar tanto diante de Deus como diante das criaturas e, em particular, diante dos outros homens”^[27].

Deus, em sua ação providente, comenta João Paulo II, não só tem em conta a autonomia que Ele mesmo outorgou às criaturas, mas também respeita a liberdade do homem em seu caminhar terreno. “No homem e com o homem, a ação da Providência alcança uma dimensão ‘histórica’, no sentido de que ela segue o ritmo e adapta-se às leis do desenvolvimento da natureza humana, permanecendo ela imutada e imutável na soberana transcendência do seu ser que não experimenta mutações. A Providência é uma presença eterna na história do homem: de cada um e das comunidades. A história das nações e de todo o gênero humano

desenvolve-se sob o ‘olho’ de Deus e sob a sua ação onipotente”^[28].

O homem não só deve usar retamente as coisas criadas que lhe foram entregues, mas é “para si mesmo um dom de Deus” e deve, portanto, respeitar a estrutura natural e moral que Deus lhe deu^[29]. E ainda, no homem toda a criação visível deve aproximar-se de Deus e encaminhar-se para a sua plenitude definitiva. “O verdadeiro desenvolvimento – isto é, o progresso – que o homem é chamado a realizar no mundo, não deve ter apenas um caráter ‘técnico’, mas, sobretudo ‘ético’, para levar à plenitude no mundo criado o reino de Deus”^[30].

Neste contexto adquire especial interesse a questão ecológica à qual João Paulo II atribui grande importância e que considera um problema ético^[31]. O desequilíbrio ecológico surge de um uso arbitrário

das criaturas; a ordem, que as coisas criadas têm naturalmente, é violada e a “finalidade imanente” na obra da criação é ignorada. Este modo de atuar provém de uma falsa interpretação da autonomia das coisas terrenas e chega a constituir uma ameaça para o próprio homem^[32]. “O homem, que descobre sua capacidade de transformar e, em certo sentido, de ‘criar’ o mundo com o trabalho, esquece que este se desenvolve sempre sobre a base da primeira e originária doação das coisas por parte de Deus. Crê que pode dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade como se ela não tivesse fisionomia própria e um destino anterior dados por Deus, e que o homem pode certamente desenvolver, mas que não deve trair”^[33].

O uso ilegítimo desta autonomia alcança também a vida em todos os

seus graus e ganha especial gravidade quando se trata da vida humana em todas as suas fases, concretamente naquelas em que se encontra mais desprotegida^[34]. “É fácil, porém, ceder ao deslumbramento de uma pretendida autossuficiência no progressivo ‘domínio’ das forças da natureza, até esquecer-se de Deus ou colocar-se em seu lugar. Esta pretensão chega hoje a alguns ambientes em forma de manipulação biológica, genética, psicológica... que, se não for regida pelos critérios da lei moral (e consequentemente orientada para o reino de Deus) pode converter-se no predomínio do homem sobre o homem, com consequências tragicamente funestas”^[35].

A “autonomia” que prescindir de Deus – não duvida João Paulo II em afirmar – não é apenas ilegítima, mas também inútil^[36].

Em seu conhecimento amplo e profundo do mundo atual, João Paulo II valoriza tudo o que é positivo, mas não deixa de indicar claramente o que não está de acordo com os desígnios de Deus e orienta para soluções definitivas. “O homem, hoje mais do que em qualquer outro campo, é particularmente sensível à grandeza e autonomia da sua tarefa de pesquisador e dominador das forças da natureza. Deve-se notar, no entanto, que existe um grave obstáculo no desenvolvimento e progresso do mundo. Trata-se do pecado e da incompreensão que ele implica, quer dizer, o mal moral”^[37]. Superar o mal é, ao mesmo tempo, querer o progresso moral do homem e dar uma resposta às exigências essenciais de um mundo ‘mais humano’. O reino de Deus encontra nisto, diz João Paulo II, sua “matéria e os sinais de sua presença eficaz”^[38].

É preciso situar a solução no plano da salvação que se está realizando: “o crescimento do reino de Deus não se identifica com a evolução do mundo, no entanto, é verdade que o reino de Deus está no mundo e antes de mais nada no homem, que vive e trabalha no mundo. O cristão sabe que, com o seu compromisso a favor do progresso da história e com a ajuda da graça de Deus, coopera com o crescimento do reino, até o cumprimento histórico e escatológico da divina Providência”^[39].

Diante da situação atual do mundo – indiferença religiosa, ateísmo e suas diversas formas e, particularmente, o secularismo, junto à descristianização de povos de antiga tradição cristã – João Paulo II julga necessário realizar uma nova evangelização, revalorizar a dignidade da pessoa humana, promover a paz^[40]. Neste contexto recorda a vocação dos fiéis leigos à

santidade pelo batismo e que esta busca pela santidade ou “vida segundo o Espírito” deve expressar-se particularmente “em sua inserção nas realidades temporais e em sua participação nas atividades terrenas”^[41].

Isto implica uma exigência e uma formação concretas, que previne e cura, se for o caso, o secularismo: “em sua existência não pode haver duas vidas paralelas: por um lado, a denominada vida ‘espiritual’, com os seus valores e exigências; e por outro, a denominada vida ‘secular’, quer dizer, a vida de família, o trabalho, as relações sociais, o compromisso político e a cultura”^[42]. Diante desta “fratura entre fé e vida, entre Evangelho e cultura”, João Paulo II recorda precisamente a chamada à “unidade de vida” que o Concílio Vaticano II fez no texto citado antes^[43].

3. Santificação do mundo e unidade de vida em Josemaria Escrivá

Desde o dia 2 de outubro de 1928 fez-se sentir, cada vez com mais força, a mensagem de que todos os homens são chamados por Deus à santidade no meio das realidades terrenas.

Naquela data, um sacerdote jovem – Josemaria Escrivá – percebeu isso com absoluta clareza, como uma potente luz de Deus. A partir daquele instante, sabendo-se instrumento a serviço da Redenção, dedicou-se com todas as suas forças a levar à prática esse querer de Deus. Ficou assim fundado o Opus Dei que ainda não tinha nome e não era senão uma semente numa terra bem preparada. Graças à sua resposta fidelíssima e generosa a Deus, em meio a múltiplas e graves dificuldades, esta mensagem foi abrindo caminho dentro da Igreja e fora dela, em

praticamente em todo o mundo. O Fundador do Opus Dei faleceu em Roma em 26 de junho de 1975, com evidente fama de santidade, e foi beatificado por João Paulo II em Roma no dia 17 de maio de 1992. Como diz o Decreto que declarou a heroicidade de suas virtudes, “Graças a uma vivíssima percepção do mistério do Verbo Encarnado, ele compreendeu que toda a trama das realidades humanas se compenetra, no coração do homem renascido em Cristo, com o âmbito da vida sobrenatural e se torna, desse modo, lugar e meio de santificação”^[44].

A legítima autonomia das coisas temporais não constituía problema para Josemaria Escrivá, devido à sua profunda compreensão da verdade da criação e do mistério de Cristo, embora não deixasse de advertir – já em 1951 – sobre as dificuldades que surgem em volta deste tema: “Com periódica monotonia, há quem

procure ressuscitar uma suposta incompatibilidade entre a fé e a ciência, entre a inteligência humana e a Revelação divina. Essa incompatibilidade apenas pode surgir, e só aparentemente, quando não se entendem os dados reais do problema”^[45].
—.

O problema desaparece, a ruptura desaparece, se se entende bem o alcance da ordem natural e da sobrenatural, se se situam bem os termos do problema: “se o mundo saiu das mãos de Deus, se Ele criou o homem à sua imagem de semelhança e lhe deu uma chispa da sua luz, o trabalho da inteligência – mesmo que seja um trabalho duro – deve desentranhar o sentido divino que já naturalmente têm todas as coisas; e à luz da fé, percebemos também o seu sentido sobrenatural, que procede da nossa elevação à ordem da graça. Não podemos admitir o medo à ciência, porque qualquer trabalho, se

for verdadeiramente científico, conduz à verdade. E Cristo disse: *Ego sum veritas*, Eu sou a verdade”^[46].

Em uma homilia, em 1960, falava de duas posturas opostas que levam à cisão entre fé e vida – como diria depois a Constituição *Gaudium et spes* n. 43 já citada: “Observam-se, por vezes, certas atitudes que procedem de não se saber captar esse mistério de Jesus. Por exemplo, a mentalidade dos que encaram o cristianismo como um conjunto de práticas ou atos de piedade sem perceberem a sua relação com as situações da vida de todos os dias, com a urgência de atender às necessidades dos outros e de esforçar-se por remediar as injustiças”. E a postura contrária, dos que “tendem a imaginar que, para poderem serem humanos, têm de pôr em surdina alguns aspectos centrais do dogma cristão, e comportam-se como se a vida de oração, a relação

continua com Deus constituísse uma fuga às responsabilidades e um abandono do mundo”^[47].

Com a “terceira dimensão” que a vida sobrenatural outorga^[48], todas as realidades criadas ganham relevo e aproximam de Deus. Josemaria Escrivá afirma assim que não há “realidades exclusivamente profanas”, com o que exclui de entrada qualquer ruptura entre fé e vida comum: “Falando com profundidade teológica, isto é, se não nos limitamos a uma classificação funcional, não se pode dizer rigorosamente que haja realidades – boas, nobres ou mesmo indiferentes – que sejam exclusivamente profanas, uma vez que o Verbo de Deus estabeleceu a sua morada entre os filhos dos homens, teve fome e sede, trabalhou com suas mãos, conheceu a amizade e a obediência, experimentou a dor e a morte”^[49].

A partir desta perspectiva, a santificação do trabalho não é algo “superposto” na vida cristã, mas sim consequência de saber-se filho de Deus e, como tal imitador de Cristo: “E este é o segredo da santidade que venho pregando há tantos anos – dizia o Fundador do Opus Dei em 1960 – Deus nos chamou a todos para que o imitássemos: e a vós e a mim para que, vivendo no meio do mundo – sendo pessoas da rua! – soubéssemos colocar Cristo Nosso Senhor no cume de todas atividades humanas honestas”^[50].

E com palavras de uma homilia de 1956: “Quero falar sempre de uma vida diária e concreta: da santificação do trabalho, das relações familiares, a amizade. Se não somos cristãos nesses momentos, quando o seremos? ”^[51]. Na homilia pronunciada em 8/10/1967, no Campus da Universidade de Navarra – que é um cântico à santificação das

realidades terrenas a partir de dentro do mundo – expressava-se com palavras similares e igualmente incisivas: “Não há outro caminho, meus filhos: ou sabemos encontrar o Senhor em nossa vida de todos os dias, ou não O encontraremos nunca. Por isso, posso afirmar que nossa época precisa devolver à matéria e às situações aparentemente mais vulgares seu nobre e original sentido: pondo-as ao serviço do Reino de Deus, espiritualizando-as, fazendo delas meio e ocasião para o nosso encontro contínuo com Jesus Cristo”^[52].

Ele não se cansava de inculcar a “unidade de vida”, como uma síntese viva entre trabalho, oração, apostolado, a *una synthesis vitalis* que a Constituição *Gaudium et spes* recomendaria como remédio ao “divórcio entre fé e vida”. O Fundador do Opus Dei dizia em 1951: “Todo o trabalho honrado pode ser

oração; e todo o trabalho que for oração, é apostolado. Desse modo, a alma se robustece numa unidade de vida simples e forte”^[53]. O apostolado não pode ser um “acréscimo” mas brota da santificação do trabalho: “Temos que evitar o erro de pensar que o apostolado se reduz ao simples testemunho de umas práticas religiosas. Tu e eu somos cristãos, mas ao mesmo tempo, e sem solução de continuidade, cidadãos trabalhadores, com umas obrigações claras que temos de cumprir de um modo exemplar, se nos queremos santificar de verdade”^[54].

Para conseguir esta unidade de vida, é necessário manter a fé viva e vibrante pela caridade: “Quando a fé fraqueja, o homem tende a imaginar Deus como se estivesse longe e mal se preocupasse com os seus filhos. Pensa na religião como algo justaposto, para quando não há outro remédio; sem saber por quê, espera

manifestações aparatosas, acontecimentos insólitos. Em contrapartida, quando a fé vibra na alma, descobre-se que os passos do cristão não se separam da própria vida humana corrente e habitual. E que esta santidade grande, que Deus reclama de nós se encerra aqui e agora, nas coisas pequenas de cada jornada”^[55].

Neste modo de conceber a vida cristã, já se dá por suposta a autonomia legítima das coisas temporais e não só se respeita, mas o amor ao mundo como obra de Deus leva a amar também essa autonomia. Isso fica refletido nas orientações claras e sintéticas que o Fundador do Opus Dei costumava dar: “A tua vocação de cristão te pede que estejas em Deus e, ao mesmo tempo, que te ocupes das coisas da terra, empregando-as objetivamente tal como são: para devolvê-las a Ele”^[56].

Sempre distinguiu entre “do mundo” e “mundano”, e o amor a Deus e ao mundo estão sempre unidos, como expressa este ponto de *Sulco*: “Os homens mundanos empenham-se em que as almas percam quanto antes a Deus; e depois, em que percam o mundo... Não amam este nosso mundo: exploram-no, espezinhando os outros! – Que tu não sejas também vítima dessa dupla vigarice”^[57]. É fácil comparar estas palavras com o que diz a Constituição Pastoral *Gaudium et spes* n. 36 ao falar da autonomia ilegítima, que não só afasta de Deus, mas ainda faz com que as próprias criaturas fiquem “obscurecidas” para o homem.

Na verdade, todo o capítulo “Cidadania” de *Sulco* constitui uma orientação clara sobre como o cidadão das “duas cidades” deve atuar sem rupturas, nem internas do homem em sua atuação sobre o mundo, nem externas, no resultado

da própria atuação, já que “Não se pode separar a religião da vida, nem no pensamento, nem na realidade cotidiana”^[58]. A tarefa do cristão é “contribuir para que o amor e a liberdade de Cristo presidam a todas as manifestações da vida moderna – a cultura e a economia, o trabalho e o descanso, a vida de família e o convívio social”^[59].

Se faltar esse anseio de santificar o mundo, é fácil que surja o fenômeno do laicismo, porque muitas realidades terrenas, abandonadas a si próprias ou em mãos de descrentes se convertam em obstáculos para a vida sobrenatural e “formem como que um campo fechado e hostil à Igreja”. Por isso, continua dizendo Josemaria Escrivá: “Tu, por seres cristão – pesquisador, literato, cientista, político, trabalhador... – tens o dever de santificar essas realidades. Lembra-te de que o universo inteiro – assim escreve o

Apóstolo – está gemendo como que com dores de parto, à espera da libertação dos filhos de Deus”^[60].

Nesta tarefa do cristão estão sempre unidas – não misturadas – o que o Fundador do Opus Dei chama “alma verdadeiramente sacerdotal” e “mentalidade plenamente laical”. Fica intacta a legítima autonomia das coisas temporais e, ao mesmo tempo, em e através da própria atividade do cristão essas realidades temporais são “santificadas”. Se, com a boa intenção de santificar o mundo, não se respeita essa autonomia do temporal, isso daria origem ao clericalismo contra o qual o fundador do Opus Dei prevenia de várias maneiras: “Não queiras fazer do mundo um convento, porque seria uma desordem... Mas também não queiras fazer da Igreja um bando terreno, porque equivaleria a uma traição”^[61]. Ele não gostava de falar de “operários católicos,

engenheiros católicos, médicos católicos, etc., como se se tratasse de uma espécie dentro de um gênero, como se os católicos formassem um grupinho separado dos outros, dando assim a sensação de que existe um fosso entre os cristãos e o resto da humanidade”^[62]. Ele preferia falar de “católicos que são operários”, “católicos que são engenheiros ou médicos” etc.

Outra característica da “mentalidade laical” e do respeito à autonomia do temporal é o amor à liberdade no imenso terreno do opinável. “Que coisa triste é ter uma mentalidade cesarista, e não compreender a liberdade dos demais cidadãos, nas coisas que Deus deixou ao juízo dos homens”^[63]. Ou, como dizia em 1960, em termos mais expressivos ainda: “Amesquinharíamos a fé se a reduzíssemos a uma ideologia terrena, arvorando um estandarte político-religioso para condenar, não

se sabe em nome de que investidura divina, os que não pensam do mesmo modo em problemas que são, pela sua própria natureza, suscetíveis de receber numerosas e diversas soluções”^[64]. Na homilia pronunciada no Campus da Universidade de Navarra, diante de vários milhares de pessoas, exortou a difundir por todas as partes uma verdadeira “mentalidade laical” e expressou em síntese as conclusões práticas que ela traz consigo: “Ser suficientemente honrados para arcar com a própria responsabilidade pessoal; Ser suficientemente cristãos, para respeitar os irmãos na fé, que propõem – em matérias opináveis – soluções diversas da que cada um de nós sustenta; Ser suficientemente católicos, para não se servir de nossa Mãe Igreja, envolvendo-a em facções humanas”^[65].

Sua profunda compenetração pessoal do mistério do Verbo Encarnado –

não só no terreno doutrinal, mas também pela contemplação constante em meio à vida diária – levou-o, como que por analogia, a entender o mundo em sua verdadeira perspectiva. Assim como em Cristo a natureza divina e a natureza humana – distintas, sem mistura ou confusão^[66] – estão unidas na Pessoa do Verbo, no mundo criado as realidades naturais são verdadeiramente distintas das sobrenaturais; não devem ser confundidas, mas até mesmo as naturais – incluindo todas as atividades humanas legítimas – estão ordenadas à Redenção em Cristo, para “colocar Cristo no cume de todas as atividades humanas”. Nesta perspectiva cristológica não há para o Fundador do Opus Dei realidades estritamente profanas (cfr. nota 49) Nem conflito de “autonomias”, nem divisão entre diferentes esferas.

Em suma esta atitude autenticamente cristã (que é necessário promover, como dizia a Constituição Pastoral *Gaudium et spes* no n. 43) deve ser cultivada no interior de cada um. Josemaria Escrivá expressava esta ideia na homilia já citada, em 8 de outubro de 1967, com uma imagem que o próprio ambiente onde a pronunciou sugeria – ao ar livre: “Na linha do horizonte, meus filhos, parecem unir-se o céu e a terra. Mas não: onde de verdade se juntam é no coração, quando se vive santamente a vida diária...”^[67].

Ao estudar os ensinamentos do Fundador do Opus Dei sobre a autonomia das coisas temporais e considerar as soluções práticas nascidas sob seu impulso, fica manifesta uma clara afinidade com os ensinamentos do Concílio Vaticano II, anos antes que ele se realizasse. Estamos, efetivamente,

diante de uma “profética coincidência com o Concílio Vaticano II”, como expressa o Decreto sobre as virtudes heroicas^[68].

Estudo publicado em Romana N° 15 por Elizabeth Reinhardt, Doutora em Teologia, Professora Assistente de História da Teologia Medieval e Moderna, do Departamento de Teologia Histórica (Universidade de Navarra).

[1] CONCÍLIO VATICANO II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 43

[2] *Ibid.*, n. 36.

[3] CONCÍLIO VATICANO I, Const. past. *Dei Filius*, c.1, Dz 1783-1784 (3002-3003).

[4] *Gaudium et spes*, n. 36

[5] Cfr. *Gn* – 1, 31.

[6] Cfr. CONCÍLIO IV DE LATRÃO, Dz 428 (800)

[7] CONCÍLIO VATICANO II, Decl. *Dignitatis humanae*, n. 3.

[8] *Gaudium et spes*, n. 36. – O texto conciliar faz referência ao Concílio Vaticano I, Const.dogm. *Dei Filius*, c. 3, Dz 1785-1786 (3004-3005).

[9] *Gaudium et spes*, n. 36.

[10] *Ibid.*, nota 7.

[11] *Gaudium et spes*, n. 36.

[12] Cfr. *Gaudium et spes*, n. 34.

[13] *Gaudium et spes*, n. 37

[14] *Ibid.*

[15] *Gaudium et spes*, n. 43

[16] *Ibid.*

[17] *Ibid.*

[18] *Ibid.*

[19] *Ibid.*

[20] JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 2/04/1986.

[21] JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 12/3/1986.

[22] Cfr. JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 2/04/1986.

[23] Cfr. *Ibid.*

[24] JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 14/05/1986.

[25] *Ibid.*

[26] *Ibid.*

[27] *Ibid.* Cfr. Alocução na audiência geral, 21/05/1986.

[28] JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 21/05/1986.

[29] Cfr. JOÃO PAULO II, Litt. enc. *Centesimus annus*, 1/05/1991, n. 38.

[30] JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 21/05/1986.

[31] Cfr. JOÃO PAULO II, Mensagem para a Jornada Mundial da Paz, 8/12/1989.

[32] Cfr. JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 2/04/1986.

[33] JOÃO PAULO II, Litt. enc. *Centesimus annus*, n. 37.

[34] Cfr. JOÃO PAULO II, Mensagem para a Jornada Mundial da Paz, 8/12/1989.

[35] JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 18/04/1986.

[36] Cfr. JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 2-IV-1986.

[37] JOÃO PAULO II, Alocução na audiência geral, 25/06/1986.

[38] Cfr. *ibid.*

[39] *Ibid.*

[40] Cfr. JOÃO PAULO II, Exhort. apost. *Christifidelis laici*, 30-XII-1988, nn. 4-7.

[41] *Ibíd.*, n. 17

[42] *Ibíd.*, n. 59

[43] Cfr. *Gaudium et spes*, n. 43.

[44] CONGREGAÇÃO PARA AS CAUSAS DOS SANTOS, *Decreto sobre a heroicidade das virtudes do servo de Deus Josemaria Escrivá*, Fundador do Opus Dei, 9/04/1990.

[45] *É Cristo que passa*, n. 10

[46] *Ibid.*

[47] *Ibid.*, n. 98; cfr. *Amigos de Deus*, n. 58.

[48] Cfr. *Caminho*, n. 279.

- [49] *É Cristo que passa*, n. 112, cfr. n. 120.
- [50] *Amigos de Deus*, n.58.
- [51] *É Cristo que passa*, n. 36.
- [52] *Entrevistas* n. 114
- [53] *É Cristo que passa*, n. 10.
- [54] *Amigos de Deus*, n. 61.
- [55] *Ibid.*, n. 312.
- [56] *Sulco*, n. 295; cfr. *Forja*, n. 678
- [57] *Sulco*, n. 304.
- [58] *Ibid.*, n. 308.
- [59] *Ibid.* ,n. 302.
- [60] *Ibid.*,.n. 311.
- [61] *Ibid.*, n. 312.
- [62] *É Cristo que passa*, n. 53.

[63] *Sulco*, n. 313

[64] *É Cristo que passa*, n. 99.

[65] *Entrevistas*, n. 117.

[66] Cfr. CONCÍLIO DE CALCEDÔNIA,
Dz 148 (301-302)

[67] *Entrevistas*, n. 116.

[68] Cfr. CONGREGAÇÃO PARA AS
CAUSAS DOS SANTOS, *Decreto sobre
a heroicidade das virtudes do servo de
Deus Josemaria Escrivá*, Fundador do
Opus Dei, 9-IV-1990.

yomismo